

CRISTINA ROBALO CORDEIRO
COORDENAÇÃO

TOLOGIA

FRANCOFONIAS EM DIÁLOGO

Dos anos 80
à atualidade

iu

A RAZÃO HUMANITÁRIA¹

Didier Fassin

Didier Fassin, médico internista que, depois de experiências de trabalho na Índia e no Senegal na área da Saúde Pública, acabou por enveredar por estudos no âmbito da Antropologia e da Sociologia. Além de director da École des Hautes Études Sociales, é também Professor de Saúde Pública no Collège de France. Didier Fassin tem-se dedicado às questões morais e políticas subjacentes ao apoio a pessoas atingidas pela precariedade, como pobres, desempregados, migrantes e refugiados, entre outros, apoiando-se em inquéritos feitos no terreno.

Desde 2006, é Presidente da “Comede”, uma associação francesa de apoio à saúde e aos direitos das pessoas exiladas. Tem participado em inúmeras comissões e fóruns sobre questões de imigração, asilo, discriminações... e tem publicadas dezenas de obras em torno das suas áreas de intervenção. Em *La Raison Humanitaire* (2010) de que se traduzem aqui algumas passagens, Didier Fassin procura lançar as bases de uma antropologia política e moral que não ignore as críticas e as tensões que atravessam as políticas humanitária e securitária.

¹ Didier Fassin (2010). *La raison humanitaire*. Une histoire morale du présent suivi de *Signes des temps*. Paris: Seuil / Gallimard, Coll.Points, pp. 23-25; 414-415; 423-425

Face ao trabalho levado a cabo pelas ciências humanas e sociais, ao longo das duas últimas décadas, em torno da questão humanitária [...], o meu projeto pode definir-se de uma forma muito simples: consiste em apreender a moral humanitária no momento em que esta se inscreve na política - aquilo a que chamei o governo humanitário. Este projeto implica uma dupla orientação.

Por um lado, propõe-se pensar, numa mesma dinâmica teórica, e estudar de acordo com uma mesma abordagem empírica, aquilo que está em jogo na nossa sociedade e em sociedades longínquas, o que está em curso no contexto nacional, como no contexto internacional. As economias morais que subjazem a uma consulta de precariedade e a um campo de refugiados, a um centro de acolhimento de marginais num bairro periférico e a um apoio a traumatizados em zona de guerra, a uma alocação de poucos recursos para desempregados por ajuda financeira em França, ou a doentes num programa de assistência médica em África, têm muitos pontos em comum, que importa conceber como um todo. (...) Para entender o que está em jogo nesta dinâmica, é preciso estar simultaneamente integrado em realidades locais, e ter noção da paisagem global. O confronto desses dois níveis de leitura - local e global - permite evitar quer o fechamento monográfico, que oferece interpretações circunscritas, quer as pretensões teleológicas, que procuram descobrir um sentido para a História.

Por outro lado, o meu objetivo é construir uma análise com base em inquéritos precisos, que não assente nalgumas ideias gerais; estudar um pequeno número de situações potencialmente elucidativas; em suma, submeter ao exame da etnologia esta forma de antropologia política e moral. (...) Não deve por isso estranhar-se que tenha de passar pela casuística das decisões de atribuição de ajudas aos pobres, pela retórica dos atestados de tortura para os candidatos ao estatuto de refugiado ou pela descrição das estratégias dos imigrantes em busca de uma autorização de residência, a fim de compreender

como funciona, em França, a política de compaixão do Estado. É esse o preço para entender as lógicas e os pressupostos, as ambiguidades e as contradições, os princípios de justiça e as práticas de julgamento: o diabo está nos detalhes. (...) Para cada caso, só com uma análise minuciosa somos capazes de aceder às certezas e às hesitações dos intervenientes, à sua cegueira ou à sua lucidez, aos seus preconceitos e à sua reflexão; o respeito pelos nossos interlocutores exige que tenhamos em conta todas essas tensões dialécticas. Ora, é justamente isso que falta aos ensaios sobre o humanitário, bem como aos panfletos sobre o moralismo, cujas teses unívocas não reconhecem nem a complexidade dos desafios, nem a inteligência dos atores. (...)

A transição do humanitário para o securitário não significa que o primeiro tenha desaparecido completamente, antes indica que o segundo se tornou preponderante, nomeadamente quando ambos entram em concorrência na interpretação das situações e na escolha das respostas apropriadas. As organizações humanitárias intervêm sempre em cenários de conflito, mas parece que são com mais frequência alvo de ataques dos beligerantes, inclusive dos Estados-Unidos e da Rússia, em territórios sírios. Para legitimar esses ataques, ouve-se às vezes os seus autores a argumentar que os adversários utilizam escudos humanos, como de resto aconteceu durante os bombardeamentos das estruturas médicas em Gaza, por parte do exército israelita. Paralelamente, a justificação humanitária dessas intervenções foi também desacreditada em vários setores. Na Síria, onde milhares de jovens muçulmanos de todo o mundo foram socorrer as populações vítimas dos abusos do regime do partido Baath, rapidamente se instalou a confusão entre o desejo de assistência e a vontade de participação na jihad, tanto mais que alguns desses jovens foram em seguida acusados de querer perpetrar atos terroristas no seu próprio país, que eles consideravam um agressor (...).

O exemplo mais eloquente de tudo isto é sem dúvida o tratamento, na Europa, daquilo a que se chamou indistintamente “crise

dos migrantes” e “crise dos refugiados”. Esta situação que deveria ter sido tratada no âmbito do duplo direito internacional do humanitário e do asilo, tornou-se uma questão de regulação de fluxos, isto é, de repressão daquelas e daqueles que fugiam dos conflitos, das perseguições e da pobreza. Os arames farpados, os campos, os ataques policiais, as manifestações hostis dos nacionais, os discursos manifestamente xenófobos dos governos populistas a confundirem deslocados com potenciais terroristas, assim como as retóricas mais subtis dos responsáveis políticos a invocar questões de legalidade ou desafios de integração – eis as respostas àquilo que, no fundo, apenas implicava acolher um ou dois por cento do conjunto da população europeia, ou seja, dez ou vinte por cento menos que nalguns países do Médio Oriente. É certo que o naufrágio ao largo da Sicília de um arrastão sobrecarregado com oitocentas pessoas africanas ou o cadáver de uma criança curda que deu à costa de uma praia da Turquia suscitaram uma onda de compaixão junto do público europeu, mas essas emoções foram pouco acompanhadas de ações concretas. (...)

(...) procurei compreender aquilo que estava em jogo cada vez que se invoca o humanitário – quando se fala de sofrimento mais do que de desigualdade, de traumatismo mais do que de violência, de resiliência mais do que de resistência, de crise humanitária mais do que de ocupação por um país inimigo. A questão não está em saber se é bom ou mau, se uma intervenção é legítima ou não, se uma retirada se justifica ou não. Trata-se de compreender o que muda quando se recorre a esta nova gramática de acção – o que se ganha e o que se perde; aquilo que se dá a ler e aquilo que se torna invisível, o que é passível de ser dito e o que fica oculto. Uma evolução política desta natureza não pode ser pensada apenas em termos de benefícios. É preciso também analisar em termos de custos, sabendo que uma maior lucidez a esse nível é condição necessária para reduzi-los. Identificar os desafios, clarificar os dilemas, pesar as alternativas, antecipar as consequências – são estas as obrigações não apenas

científicas, mas também éticas, que é necessário lembrar àquelas e àqueles que não aceitam submeter a razão e o governo humanitários a um exame crítico e que imaginam, inclusive, que uma teoria normativa pode dispensar uma teoria crítica.

Então, para analisar aquilo que está em jogo no desenvolvimento da razão e do governo humanitários, falarei dos riscos potenciais em que eles incorrem, apoiando-me simultaneamente nos meus inquéritos e na minha experiência. Trata-se de uma maneira diferente de apresentar os dilemas, as alternativas e as consequências desse desenvolvimento, deixando aberto o campo das possibilidades, por forma a que os agentes possam dispor delas com conhecimento de causa. Esses riscos potenciais são de três naturezas distintas. Em primeiro lugar, a acção humanitária tende a reduzir o lugar e mesmo a legitimidade das dimensões histórica e política subjacentes à situação que justifica a intervenção, seja a pobreza ou a guerra: tanto as circunstâncias que reclamam urgência como as respostas procedentes da compaixão representam a imposição de uma outra temporalidade e de uma outra lógica. A repetição e a rotinização dessas ações, em detrimento de outras opções possíveis, pode conduzir ao apagamento da história e ao eclipse do político. Em segundo lugar, a razão humanitária tende a substituir-se à expectativa da justiça social e do respeito pelo direito; pensemos no caso dos requerentes de asilo ou nos habitantes dos territórios ocupados: a resposta ao sofrimento e à proteção da vida parecem ser as únicas justificações aceitáveis para intervenção pública ou privada. Progressivamente, a procura de justiça e a invocação do direito tornam-se inaudíveis. Em terceiro lugar, o governo humanitário tende a atribuir aos indivíduos um estatuto de vítimas, um papel correspondente de requerentes e uma narrativa autorizada sobre a sua condição: a posição que eles ocupam no espaço social, a representação que procuram dar de si mesmos, bem como a visão que desejam defender ficam, por conseguinte, comprometidas. Com o tempo, os seus porta-vozes, não raro auto-proclamados, ainda

que de boa-fé, alegadamente, acabam por privá-los de aparecer tal como eles são, e de dar a saber aquilo que pretendem.

Facilmente se compreende quanto esses três tipos de riscos potenciais podem beliscar o projecto humanitário, ou mais concretamente, como podem produzir efeitos deletérios nas pessoas às quais ele se destina e que visa ajudar. São riscos que lhe são inerentes, tal como lhe é inerente a relação assimétrica e desigual que o caracteriza: a existência desses riscos não depende por isso da vontade dos agentes. Contudo, tê-los em conta pode reduzir as suas consequências problemáticas. Quer isto dizer que a análise crítica não tem por objetivo denegrir o trabalho humanitário, mas antes tornar mais conscientes e, por isso mesmo, mais responsáveis aquelas e aqueles que a ele se dedicam.

TRADUÇÃO E NOTA INTRODUTÓRIA DE

ANA PAULA COUTINHO

Universidade do Porto